



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 448, DE 2009**

**(Do Sr. Bruno Araújo e outros)**

Acrescenta o art. 200-A à Constituição Federal

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte disposto:

*"Art. 200A As despesas com o tratamento médico-hospitalar da vítima de crime doloso, ainda que tentado, serão ressarcidas ao sistema único de saúde pelo autor do delito."*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A taxa nacional de homicídios, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é de 27 por cem mil habitantes, um número expressivo se comparado aos registrados em países desenvolvidos. No Japão, por exemplo, a relação é de um para cem mil, enquanto no Canadá chega a dois e, nos Estados Unidos, a oito. Daí que o custo da violência no Brasil é um dos maiores do mundo.

Sendo assim, cada vez mais os serviços de saúde precisam alocar profissionais e equipamentos para o atendimento dessas vítimas que, muitas vezes, exigem o cuidado de uma série de especialistas: neurocirurgiões, ortopedistas, cirurgiões de abdome e tórax, fisioterapeutas, e outros.

De fato, os números são bastante significativos, segundo estudo concluído por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): em 2004, o custo da violência foi de R\$ 92,2 bilhões. E mais: o valor total equivaleu a 5,09% do Produto Interno Bruto (PIB), ou a R\$ 519,40 *per capita*.

Portanto, o Sistema Único de Saúde (SUS), uma das mais importantes conquistas da população brasileira e exemplo mundial de política pública, possui entre seus maiores entraves a questão dos gastos com o atendimento de vítimas de crimes dolosos.

Destarte, é de bom alvitre que a Constituição Federal estabeleça que as despesas com o tratamento médico-hospitalar das vítimas de crimes dolosos, ainda que tentados, sejam ressarcidas pelos autores desses delitos.

Assim, pelo exposto, pugnamos pelo o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2009.

Deputado Bruno Araújo

**Proposição:** PEC 0448/09

**Autor da Proposição:** BRUNO ARAÚJO E OUTROS

**Data de Apresentação:** 10/12/2009

**Ementa:** Acrescenta o art. 200A à Constituição Federal.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 183

Não Conferem 008

Fora do Exercício 000

Repetidas 004

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 195

**Assinaturas Confirmadas**

ABELARDO CAMARINHA PSB SP

ADEMIR CAMILO PDT MG

AELTON FREITAS PR MG

AFFONSO CAMARGO PSDB PR

ALCENI GUERRA DEM PR

ALEX CANZIANI PTB PR

ALICE PORTUGAL PCdoB BA

ANDRE VARGAS PT PR

ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG

ANTONIO BULHÕES PRB SP

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS

ANTONIO CRUZ PP MS

ANTÔNIO ROBERTO PV MG

ARIOSTO HOLANDA PSB CE

ARMANDO ABÍLIO PTB PB

ARNON BEZERRA PTB CE

ASDRUBAL BENTES PMDB PA

ASSIS DO COUTO PT PR

ÁTILA LIRA PSB PI  
AUGUSTO FARIAS PTB AL  
BILAC PINTO PR MG  
BRUNO ARAÚJO PSDB PE  
CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES  
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO  
CARLOS SANTANA PT RJ  
CARLOS WILLIAN PTC MG  
CELSO MALDANER PMDB SC  
CEZAR SILVESTRI PPS PR  
CHICO DA PRINCESA PR PR  
CHICO LOPES PCdoB CE  
CIRO PEDROSA PV MG  
CLEBER VERDE PRB MA  
COLBERT MARTINS PMDB BA  
DANIEL ALMEIDA PCdoB BA  
DÉCIO LIMA PT SC  
DEVANIR RIBEIRO PT SP  
DIMAS RAMALHO PPS SP  
DOMINGOS DUTRA PT MA  
DR. NECHAR PP SP  
DR. TALMIR PV SP  
DR. UBIALI PSB SP  
DUARTE NOGUEIRA PSDB SP  
EDGAR MOURY PMDB PE  
EDINHO BEZ PMDB SC  
EDIO LOPES PMDB RR  
EDMAR MOREIRA PR MG  
EDUARDO CUNHA PMDB RJ  
EDUARDO DA FONTE PP PE  
EDUARDO LOPES PRB RJ  
EDUARDO SCIARRA DEM PR  
EDUARDO VALVERDE PT RO  
ELIENE LIMA PP MT  
ELISEU PADILHA PMDB RS  
ELISMAR PRADO PT MG  
ERNANDES AMORIM PTB RO  
EUEDES XAVIER PT CE  
EUGÊNIO RABELO PP CE  
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB CE  
EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP  
FELIPE BORNIER PHS RJ  
FELIPE MAIA DEM RN  
FÉLIX MENDONÇA DEM BA  
FERNANDO CHIARELLI PDT SP  
FERNANDO CHUCRE PSDB SP  
FERNANDO COELHO FILHO PSB PE

FERNANDO GONÇALVES PTB RJ  
FERNANDO MARRONI PT RS  
FERNANDO MELO PT AC  
FERNANDO NASCIMENTO PT PE  
FILIPE PEREIRA PSC RJ  
FLÁVIO DINO PCdoB MA  
FRANCISCO PRACIANO PT AM  
FRANCISCO TENORIO PMN AL  
GERALDO PUDIM PR RJ  
GERALDO SIMÕES PT BA  
GLADSON CAMELI PP AC  
GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
GUSTAVO FRUET PSDB PR  
JACKSON BARRETO PMDB SE  
JEFFERSON CAMPOS PSB SP  
JERÔNIMO REIS DEM SE  
JOÃO CAMPOS PSDB GO  
JOÃO DADO PDT SP  
JOÃO MAGALHÃES PMDB MG  
JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL  
JOSÉ CARLOS VIEIRA PR SC  
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT SP  
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG  
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PR MG  
JOVAIR ARANTES PTB GO  
JÚLIO CESAR DEM PI  
JÚLIO DELGADO PSB MG  
JULIO SEMEGHINI PSDB SP  
JURANDIL JUAREZ PMDB AP  
LÁZARO BOTELHO PP TO  
LEANDRO VILELA PMDB GO  
LELO COIMBRA PMDB ES  
LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
LEONARDO VILELA PSDB GO  
LINDOMAR GARÇON PV RO  
LÚCIO VALE PR PA  
LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS  
MAGELA PT DF  
MANATO PDT ES  
MANOEL JUNIOR PMDB PB  
MARCELO SERAFIM PSB AM  
MARCELO TEIXEIRA PR CE  
MÁRCIO FRANÇA PSB SP  
MARCIO JUNQUEIRA DEM RR  
MÁRCIO MARINHO PRB BA  
MARCONDES GADELHA PSC PB  
MARCOS LIMA PMDB MG

MARIA DO ROSÁRIO PT RS  
MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG  
MÁRIO HERINGER PDT MG  
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL  
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS  
MIGUEL CORRÊA PT MG  
MILTON MONTI PR SP  
MOACIR MICHELETTO PMDB PR  
MOISES AVELINO PMDB TO  
NATAN DONADON PMDB RO  
NEILTON MULIM PR RJ  
NELSON BORNIER PMDB RJ  
NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
NELSON MEURER PP PR  
NELSON TRAD PMDB MS  
NEUDO CAMPOS PP RR  
OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
OSVALDO REIS PMDB TO  
OTAVIO LEITE PSDB RJ  
PAES LANDIM PTB PI  
PAULO BORNHAUSEN DEM SC  
PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE  
PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
PAULO PIAU PMDB MG  
PAULO PIMENTA PT RS  
PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS  
PAULO ROCHA PT PA  
PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE  
PEDRO CHAVES PMDB GO  
PEDRO EUGÊNIO PT PE  
PEDRO FERNANDES PTB MA  
PEDRO NOVAIS PMDB MA  
PEDRO WILSON PT GO  
PEPE VARGAS PT RS  
PINTO ITAMARATY PSDB MA  
POMPEO DE MATTOS PDT RS  
PROFESSOR RUY PAULETTI PSDB RS  
RATINHO JUNIOR PSC PR  
RAUL HENRY PMDB PE  
REBECCA GARCIA PP AM  
RENATO AMARY PSDB SP  
RENATO MOLLING PP RS  
RIBAMAR ALVES PSB MA  
RICARDO BERZOINI PT SP  
ROBERTO BALESTRA PP GO  
ROBERTO BRITTO PP BA  
ROBERTO SANTIAGO PV SP

ROGERIO LISBOA DEM RJ  
RÔMULO GOUVEIA PSDB PB  
RUBENS OTONI PT GO  
SANDES JÚNIOR PP GO  
SANDRO MABEL PR GO  
SILAS BRASILEIRO PMDB MG  
SILVIO LOPES PSDB RJ  
SIMÃO SESSIM PP RJ  
TADEU FILIPPELLI PMDB DF  
TATICO PTB GO  
ULDURICO PINTO PHS BA  
VALADARES FILHO PSB SE  
VALTENIR PEREIRA PSB MT  
VELOSO PMDB BA  
VICENTINHO ALVES PR TO  
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG  
VITOR PENIDO DEM MG  
WELLINGTON FAGUNDES PR MT  
WILSON BRAGA PMDB PB  
WOLNEY QUEIROZ PDT PE  
ZÉ GERALDO PT PA  
ZÉ GERARDO PMDB CE  
ZENALDO COUTINHO PSDB PA  
ZEQUINHA MARINHO PSC PA

**Assinaturas que Não Conferem**

ARNALDO VIANNA PDT RJ  
CIRO NOGUEIRA PP PI  
DR. PAULO CÉSAR PR RJ  
MARCOS ANTONIO PRB PE  
MARCOS MEDRADO PDT BA  
RICARDO TRIPOLI PSDB SP  
SERGIO PETECÃO PMN AC  
VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB

**Assinaturas Repetidas**

CARLOS SANTANA PT RJ  
GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE  
SERGIO PETECÃO PMN AC

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL**  
.....

**CAPÍTULO II  
DA SEGURIDADE SOCIAL**  
.....

**Seção II  
Da Saúde**  
.....

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

**Seção III  
Da Previdência Social**

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio

financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005](#))

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005](#))

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------